

O Ambientalismo em Sergipe- Um percurso histórico dos movimentos ambientais entre 1983-2011.

Environmentalism in Sergipe-A historical route of environmental movements between 1983-2011.

Matheus Pereira Mattos Felizola¹
Fernando Bastos Costa²

Resumo: A pesquisa teve por objetivo principal estudar o surgimento, o papel, e as possibilidades de reivindicação dos movimentos ambientalistas sergipanos, passando por uma análise entre o período de 1983 e 2011. Esse objetivo foi norteado pela questão principal da pesquisa, que foi analisar a relação entre a missão, a estrutura e a ação das Organizações Ambientalistas em Sergipe. A pesquisa surgiu da necessidade de mapear e avaliar criticamente o movimento ambiental em Sergipe. Os procedimentos metodológicos focaram a pesquisa bibliográfica, levantamento nos jornais sergipanos num hiato temporal de 28 anos, análise detalhada de nove “movimentos” selecionados e entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, com atores sociais ligados ao tema. Como conclusão, observou-se que o ambientalismo em Sergipe, desde o seu surgimento, esteve associado ao resgate da consciência com relação ao meio ambiente, no combate a problemas de degradações locais, e na busca por uma legitimidade da opinião pública. Embora os movimentos ambientais tenham recebido, em alguns momentos, a atenção da mídia de massa, o movimento não conseguiu sair de nichos específicos e atingir uma parcela mais representativa da sociedade. Pôde-se ainda perceber a profunda relação entre o perfil das lideranças ambientais, a força do capital e os resultados práticos das ações ambientais e por último, observou-se que a ação dos movimentos tem ligação muito mais forte com a relação da organização e das suas principais lideranças com os outros “ambientalismos”, do que com a estrutura e a missão da Instituição.

Palavras-chave: Ambientalismo. Novos Movimentos Sociais. Desenvolvimento Sustentável

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe, e-mail: matheusfelizola@infonet.com.br.

² Doutor em Ciências Sociais, Professor vinculado ao doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e-mail: fbastos@ufrnet.br

Abstract: The research was aimed at studying the emergence, role, and potential environmental movements Sergipeans claim, the article provides an analysis of the period between 1983 and 2011. This goal was guided by the main research question, which was to analyze the relationship between the mission, structure and action of Environmental Organizations in Sergipe. The research arose from the need to map and critically evaluate the environmental movement in Sergipe. The methodological procedures focused on the literature review, a survey in newspapers Sergipeans time gap of 28 years, detailed analysis of nine "movements" and selected in-depth interviews, semi-structured interviews with social actors linked to the theme. In conclusion, we observed that environmentalism in Sergipe, since its inception, was associated with recovery of consciousness with regard to the environment, to combat the degradations local problems, and the search for legitimacy of public opinion. Although the environmental movement have received, at times, the attention of the mass media, the movement could not leave specific niches and achieve a more representative portion of society. We could still see the deep relationship between the profile of environmental leadership, capital strength and practical outcomes of environmental actions and lastly, it was observed that the action of the movement has much stronger bond with the relationship of the organization and its main leaders with others "ambientalistas" than with the structure and mission of the institution.

Keywords: Environmentalism. New Social Movements. Sustainable Development

Introdução

A partir da década de 1960, começam a emergir na Europa e no Brasil alguns movimentos sociais, que colocaram em questão as práticas políticas, sociais e econômicas dos governos e também a forma de atuação e de mobilização da esquerda. Evidentemente em um Estado pequeno e com forte setor agroexplorador, as discussões macroeconômicas passavam longe de um maior aprofundamento. Nos países desenvolvidos, o próprio crescimento econômico era criticado, já se começava a pensar no prejuízo da produção em larga escala e da motivação para o consumo. Teorias da época questionavam se os recursos naturais existentes teriam condição de manter uma população cada vez mais ávida por bens de consumo.

Na perspectiva de Porto-Gonçalves (2006), o próprio sentido da "nova" racionalidade econômica e mercantil, tem como desafio a junção entre os interesses

dos grupos ligados a dimensão ecológica e o interesse primário do capitalismo que seria a lucratividade, pois o próprio sistema tem a necessidade de buscar novos mercados sempre focalizando novos segmentos em busca de expansão, aparentemente na percepção do autor é nesse conflito de interesses que perpassa a dinâmica ambiental moderna.

Pode-se afirmar que o próprio modelo extrativista e exportador, que se configura como formato padrão nas relações entre os países centrais e periféricos, continua sendo fortemente utilizado a partir de uma nova conjuntura onde atores sociais e econômicos internacionais são aliados a sócios locais em Sergipe. Evidentemente que analisar o movimento ambiental, como um todo desprovido de uma identidade unificada, também é recorrer em um erro estratégico extremamente grandioso, pois de um lado torna-se evidente a necessidade real de investigação de um movimento unificado e coeso, mas aparentemente não existe uma identidade coesa e profundamente marcada, pois o que existem são diversos movimentos agindo em conjunto, com atores e interesses difusos. Então antes de iniciar uma ação de análise, é importante ressaltar que não se pretendia buscar uma nova história de movimentos sociais, o que se tentava era interpretar diversos mecanismos que pudessem auxiliar no entendimento do movimento ambiental no Estado de Sergipe, a partir das suas próprias contradições. Essa questão de ordem metodológica foi um fator imperante para a discussão das questões abordadas na contextualização em Sergipe e levou a olhar as diferentes unidades de mobilização em termos comparativos, a começar pelos próprios atores envolvidos, que mudam bastante de posicionamento ideológico no decorrer das décadas da pesquisa.

A partir dessa problemática apresentada, originou-se um projeto “ mãe’ que gerou uma tese de doutorado na área de ciências sociais, pois sabendo que os conflitos ambientais, podem ser inseridos nos novos padrões de relação social, política e econômica, a partir de organização de grupos em prol da mobilização focada na resistência, investigou-se, inicialmente, qual o perfil das organizações não governamentais em Sergipe e decidiu-se dividir a pesquisa em três etapas distintas do ambientalismo das ONGs em Sergipe: O primeiro período entre 1983-1992, que pode ser considerado, o momento mais romântico e idealista da discussão ambiental em Sergipe; o segundo período entre 1993-1999, em que houve um aumento da atenção para questões relacionadas ao meio ambiente, tanto através da mídia, quanto através

das primeiras estratégias de marketing ambiental das empresas sergipanas; o terceiro período entre 2000-2011, com a criação da “Lei do Terceiro Setor”, com o surgimento das figuras das OSCIPs e com o avançar da comunicação digital. Sendo importante observar, que, boa parte das lideranças ambientais em Sergipe, continuaram ativas nos 28 anos de pesquisa, perpassando pelos três períodos, com atuações em vários “ambientalismos”, transformando-se e adaptando-se às mutações do movimento ambiental no mundo e nas influências diretas ao modelo sergipano de ambientalismo.

Buscou-se primeiramente neste trabalho, analisar de forma mais específica, o surgimento e fortalecimento dos movimentos ambientais no Estado de Sergipe, perpassando pela caracterização de instituições ambientais que têm ou tiveram maior atuação no período histórico, compreendido entre 1983 até o ano de 2011. Desta forma, pretendeu-se realizar um estudo de caso com ONGs, Institutos ou OSCIPs que tiveram atuação destacada em Sergipe. Para chegar a essas organizações, o percurso começou na avaliação dos Jornais sergipanos entre 1972 até 2004, observando as instituições que foram mais citadas. A partir dessas informações, buscou-se comparar com cadastros das ONGs Ambientais face à junção de todas as informações, foi possível selecionar as organizações que seriam investigadas de forma mais específica. É importante destacar, que várias outras organizações foram citadas durante as entrevistas, embora não tenham sido levadas em consideração, nos quadros comparativos.

Metodologia da pesquisa

Buscou-se estruturar uma metodologia de pesquisa capaz de solucionar a seguinte questão: **Qual é a relação entre a missão, a estrutura e a ação das Organizações Ambientalistas sergipanas?** Levando-se em consideração, que a missão, os valores e visão de uma organização, aliados à estrutura organizacional do Movimento Social, seja ele um movimento popular, uma associação, um sindicato, ou até mesmo uma OSCIP³ com grandes recursos, seria a forma mais fidedigna de analisar quais os reais objetivos de uma organização.

³As OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a lei que as institui é a nº 9.790/99, promulgada em 1999 e conhecida como Lei do Terceiro Setor, para ter esse título a ONG necessita obter o poder público federal um certificado e cumprimento de dispositivos previstos em Lei.

Foram tipificados nove movimentos sociais que têm ou tiveram mais força no Estado de Sergipe, a partir de dados colhidos em pesquisas feitas em jornais sergipanos desde 2004 e das entrevistas com os principais ambientalistas da “velha” geração⁴, os cadastros mais comuns para avaliação de organizações não governamentais, como a ABONG,⁵ ECOLISTA⁶, CNEA⁷ foram pesquisados, embora pela falta de atualização e completo desconhecimento do panorama em Sergipe, esses cadastros são citados na pesquisa, mas não foram levados em consideração. Outro fator diferencial na escolha dos movimentos estudados, foi o despontar de uma liderança no movimento, pois com a análise do seu perfil, poder-se-ia traçar um mapa das relações entre o movimento e outros “ambientalismos” em Sergipe.

O conceito de “ambientalismos” foi fundamental para a pesquisa. Essa concepção de um movimento ambiental difuso e multissetorial expressada por Viola e Boeira (1990); Viola e Leis (1995) acabou sendo a tônica dos dados colhidos em Sergipe, onde foi possível fazer associações, entre as ONGs, os partidos políticos, as empresas privadas, a iniciativa pública e a sociedade civil. Sabendo-se previamente que seria muito complicado limitar a área, devido às influências dos demais setores.

A pesquisa teve como objetivo principal estudar o surgimento, o papel, e as possibilidades dos movimentos ambientalistas sergipanos nesse momento crucial da história do planeta, perpassando por uma análise entre o período de 1983 e 2011. A tese foi desenvolvida através ainda, de pesquisas de campo, levantamentos dos aportes teóricos sobre os temas abordados (vasta pesquisa documental e bibliográfica) e análise de jornais e matérias em meios eletrônicos. Importante destacar que a análise da teoria existente na área dos novos movimentos sociais não foi apenas de assimilação do conteúdo, mas também de proposição de novos marcos teóricos, guardando as limitações de uma tese de doutorado. Caracterizou-se pela opção de uma abordagem qualitativa apoiada em nove entrevistas em profundidade

⁴Ambientalistas clássicos, surgidos no período denominado ambientalismo “romântico” provenientes de uma percepção ambiental de enfrentamento aos inimigos do meio ambiente.

⁵A Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG, foi fundada em 10 de agosto de 1991, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática, pluralista, antirracista e anti-sexista, que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. (dados colhidos na instituição)

⁶ECOLISTA - Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas, fundado em 1992 e patrocinado pela Mater Natura e Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.

⁷O Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA é ligado à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC dentro da estrutura organizacional do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

individuais e uma entrevista com grupo focal. Todas as entrevistas são consideradas como semiestruturadas e complementaram a coleta dos dados, em que inferências e interpretações foram realizadas.

O ambientalismo no Brasil a partir da década de 1980

Na percepção de Porto-Gonçalves (2006), o debate ambiental, surgido após a década de 1980, acaba saindo da expectativa dos típicos ambientalistas, e começa a interessar também ao setor empresarial, principalmente as empresas transacionais. No próprio texto da Constituição Brasileira de 1988, vários artigos são dedicados à questão ambiental, principalmente em seu artigo 225, no qual existe a associação entre o meio ambiente e à dignidade da pessoa humana e à qualidade de vida, dentre outras percepções, a constituição, delimita as áreas consideradas patrimônio. Segundo Viola (1987) para compreender o surgimento da consciência ambiental em nível nacional, seria necessário contemplar uma convergência simultânea de condicionantes externos e internos. Pressões de diversos países e de organizações não governamentais foram decisivas para uma tomada de consciência, primeiramente das autoridades brasileiras e posteriormente da população em geral. É importante ressaltar que, se por um lado, alguns dos mesmos processos que contextualizaram o crescimento de uma consciência ambiental nos países industrializados exerceram influência sobre a vida brasileira, por outro lado, um conjunto de realidades preexistentes em nossa formação concorreu para a emergência da questão ambiental no país. Para Alexandre (2000,p.104) “Como resultados por ter cedido às pressões do sistema político e do mercado, o movimento ambientalista brasileiro é hoje um movimento de pouca importância. Ele não é mais um movimento social. É um adesivo num carro importado que usa catalizador para proteger o meio ambiente”. Essa visão crítica e bem humorada do autor, reforça o argumento de que embora a questão ambiental tenha ganhado uma maior exposição na grande mídia, não chegou a despertar a consciência da maior parte da população.

Do lado dos motivadores internacionais, devem-se considerar os intensos debates e movimentos ambientais que se desenvolveram em todo o mundo, a veiculação de catástrofes ambientais em toda mídia, o reflexo da ação de instituições internacionais, como as organizações não governamentais e organismos de

credibilidade, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Internacional (BIRD), entre outros, e mesmo de dirigentes de outras nações que através de políticas, conferências, programas científicos, de investimento e cooperação exerceram algum tipo de influência sobre a questão ambiental no Brasil.

Em 1989, foi criado o IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e, apesar das profundas críticas a sua conduta e posicionamento, e, das diversas mudanças gerenciais, de poder e de função. O órgão se configurou, como principal fiscalizador de assuntos relacionados à temática ambiental, cuja função principal seria intervir com ações que visem a manutenção do equilíbrio da fauna e da flora brasileiras.

Na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (Rio 92 ou Eco 92), também chamada de Cúpula da Terra, estabeleceu-se uma proposta de ação para os próximos anos no mundo, que foi batizada de Agenda 21. Em cumprimento às recomendações da proposta e aos preceitos constitucionais, foi aprovado, no Brasil, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) que previa ações nos âmbitos de educação ambiental formal e não-formal, esse Programa foi fundamentalmente importante para os avanços da consciência ambiental no Brasil.

Na década de 90, ainda de acordo com a visão de Acselrad. (2005), o movimento ambientalista brasileiro, principalmente após a RIO 92, aparentemente adentra em um modelo de discussão, mais contundente, devido ao fato, de terem surgido nesse período diversas ONGS com corpo técnico profissional, e com uma burocrática estrutura administrativa. Na percepção de Montanõ (2005), as ONGs passam a ter maiores possibilidade de legitimação e obtenção de recursos do que um movimento social “fragilizado”, passando assim a conquistar maior credibilidade da população, tendo uma relação diferente com o Estado e também com as empresas privadas, isso gera um processo de “terceirização dos movimentos sociais”.

Corroborando com essa percepção, uma das principais dificuldades é identificar o real sentido do terceiro setor, na ótica de Coelho (2000, p.59) “[...] grande parte desse setor é composta por organizações com fins coletivos privados “como uma organização para observação de pássaros tropicais, por exemplo, ou aquelas que cultivam orquídeas[...]”. Em outras palavras, essas organizações, não

buscam o conjunto da problemática ambiental, ficando responsáveis apenas por ações isoladas movidas por interesses próprios.

Uma questão importante para discussão, seria a trajetória do movimento ambientalista, pois mesmo a forma de atuação, modificou-se ao longo dos anos, passando de um movimento meramente ideológico para um movimento organizado e profissionalizado. Outra questão que deve ser discutida é a participação mínima do Estado, gerando na sociedade civil a necessidade de buscar novas alternativas para a realização de ações básicas, que deveriam ser realizadas pelo Estado. Um problema árduo de enfrentamento é a necessidade de buscar financiamento para a concretização dos trabalhos das ONGs ambientalistas, o que fez com que os seus diretores se desdobrassem para conseguir recursos em várias fontes estatais, empresas de economia mista, apoio das entidades financeiras locais e internacionais, e com outras organizações não governamentais, que atuam como “guarda-chuva” de instituições menores e com estrutura administrativa mais modesta. Partindo dessa dicotomia, é que se inicia o estudo do movimento ambiental em Sergipe, a partir da análise das ONGs surgidas entre 1983 e 2011, trabalhando com três fases distintas de organizações focadas em interesses diversos e com pautas e missões bem diferentes.

ONGs estudadas

Antes de adentrar na discussão das organizações não governamentais, é bastante pertinente, apresentar os movimentos ambientais no estado.

ASPAM – Associação Sergipana de Proteção ambiental

Primeira ONG ambientalista de Sergipe fundada em 1983, contava com a participação de professores da Universidade Federal de Sergipe- UFS e estudantes do curso de Biologia. Trouxe um caráter científico para o movimento no Estado. A organização deixou de funcionar em 1998.

PENSAR VERDE

Movimento que surge nos diretórios acadêmicos da UFS, não chegou a ser institucionalizado, esse movimento foi analisado a fundo, pois em seu embrião surge o Partido Verde em Sergipe.

MOPEC

Surge em 1991 com a missão de dar mais visibilidade às questões ambientais no Estado de Sergipe, principalmente olhando os movimentos de base e comunitários

ONG ÁGUA É VIDA

Instituição fundada em 1998, na cidade de Estância no litoral sul de Sergipe, é a mais combativa ONG em atividade no interior do Estado. Tem uma política de denúncia bastante agressiva e atuante, a sua principal liderança, o senhor Luis Alberto Palomares, é um dos mais carismáticos líderes ambientais do interior do Estado de Sergipe.

SOCIEDADE SEMEAR

A Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes – SEME com atuação nos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas, é a mais organizada OSCIP em atividade em Sergipe, referência na área ambiental, é a instituição que detém o maior e mais bem preparado corpo técnico das instituições sergipanas, sendo que em 2011, ela contava com um grupo de 22 empregados, 5 diretores remunerados, 25 estagiários remunerados e 25 voluntários, fazendo dessa, OSCIP, uma organização completamente diferenciada de todas as outras investigadas.

INSTITUTO ÁRVORE

O Antigo Centro de Pesquisas e Estudos Científicos e Sociais (CEPECS), foi fundado em 2003 por um grupo de universitários de variadas instituições sergipanas, com atuação “mista” com algumas ações de denúncia e alguns projetos elaborados principalmente na área de educação ambiental. O seu principal líder o senhor Carlos Eduardo Silva, já foi assessor de deputado ligado ao PT, candidato a deputado pelo DEM, e atualmente é diretor de comunicação do Partido Verde em Sergipe, essa organização tem uma forte atuação nas redes de relacionamento, tendo atuado em vários Estados do Brasil.

OSCATAMA

A Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente da Barra dos Coqueiros/SE, também designada OSCATMA/BC, foi fundada no ano de 2003, sendo uma ONG focada em duas áreas específicas, o turismo e o meio ambiente e atua diretamente na Barra dos Coqueiros, região litorânea de Sergipe e com forte atrativo turístico.

CICLO URBANO

ONG fundada em 2007, tem como principal objetivo promover a utilização da bicicleta, como também o uso de outras formas de locomoção e transporte a

propulsão humana, com integração ao transporte público motorizado, fiscalizando-o e propondo melhorias em sua qualidade e eficiência na cidade de Aracaju.

ADCAR

A Associação Desportiva, Cultural e Ambiental do Robalo, é uma ONG surgida em 2007, que tem como objetivo principal a promoção da saúde, da cultural, assim como a defesa do patrimônio histórico e artístico e dos recursos ambientais no Povoado Robalo e adjacências, é uma organização que ganhou bastante atenção por parte da mídia sergipana.

Uma análise comparativas das organizações não governamentais em Sergipe

As nove instituições citadas anteriormente, foram investigadas pelas três áreas dissecadas na metodologia da pesquisa, embora outras instituições sejam citadas, essas organizações tiveram maior representatividade durante o período estudado, principalmente pela presença dos seus líderes nas principais discussões e decisões ambientais do Estado.

Para a averiguação das ONGs ambientalistas em Sergipe, um dado que ajudou bastante foi o cadastro das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002, a partir daí, buscou-se investigar quais organizações teriam realmente fundo ambiental nas suas propostas, enquanto instâncias associativas. Outro ponto importante na análise, foi que alguns “movimentos sociais” não tinham formalidade legal, tais como a Associação de Defesa do Meio Ambiente, Associação de Defesa e Produção do Jardim Atlântico. Outras associações, mesmo tendo representatividade legal, não participaram das discussões propostas na grande mídia, e por isso não tiveram uma investigação mais aprofundada durante esse período.

O Cadastro Central de Empresas - CEMPRES do IBGE foi outra importante ferramenta de busca para a interpretação das ações ambientais no Estado. O CEMPRES foi o resultado de parceria firmada pelo IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE.

Partindo do pressuposto que a formalização de projetos representa um grande passo no tocante à real assimilação da missão dos movimentos sociais, investigou-se diretamente cada projeto ligado às organizações não governamentais. Em cima desse

propósito, foi criado um quadro comparativo para traçar um mapeamento dos movimentos ambientais, lembrando que dentre os movimentos estudados, apenas a ASPAM e o Pensar Verde foram extintos na década de 1990, os outros estavam em funcionamento até 2011.

QUADRO 1 – PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

Nome da instituição	Principais projetos ou lutas desenvolvidos
ASPAM	Preservação da Mata Atlântica, Preservação do mangue do litoral Sul, Preservação da Serra de Itabaiana, Preservação do mangue da Coroa do Meio-Aracaju, Preservação da vegetação da Atalaia Velha- Aracaju, Projeto de coleta seletiva do São Conrado, Preservação do mangue da treze de Julho – Aracaju.
MOPEC	Defesa da Serra de Itabaiana, Manifestações contra a Orla de Atalaia, Manifestação contra a rodovia do Coco, Manifestação contra a destruição do mangue da Treze de Julho – Aracaju.
PENSAR VERDE	Projetos de Defesa da Serra de Itabaiana, Manifestação contra a destruição do mangue da Treze de Julho – Aracaju.
ÁGUA É VIDA	Diversas denúncias relacionadas com a cidade de Estância, projetos de educação ambiental nas escolas municipais de Estância.
SOCIEDADE SEMEAR	Projeto de combate à desertificação em poço redondo – Própria Capacitação em Fundos Socioambientais públicos – Aracaju, Programa de educação ambiental no gasoduto Catu-Carmópolis, Programa de comunicação social regional-Aracaju. Fórum socioambiental de lagarto e região Centro Sul, Comissão organizadora da II Conferência de Meio Ambiente do estado de Sergipe, Comissão organizadora do I, II e III Conferência Estadual Infante-Juvenil de Meio Ambiente do Estado de Sergipe Conferência estadual da juventude, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano ambiental de Capela, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano ambiental de Boquim, Curso de capacitação de voluntários para formação de brigada de combate de incêndio florestal na serra da Miaba e De olho no ambiente.
INSTITUTO ÁRVORE	Realização de eventos como I Semana do Terceiro Setor de Sergipe, I Congresso Brasileiro de Empreendimentos Sociais Sustentáveis, Fórum Nordestino de Ecoturismo, Congresso Nordestino de Ecoturismo.
CICLO URBANO	Oficinas mão na roda, Rua Viva, Desafio Intermodal e Bicicletada Aracaju.
OSCATMA	II Festival Arte-Sócio Cultural e Esportivo da Barra dos Coqueiros; - Participação no 1º. Encontro Municipal sobre Gestão dos Recursos Hídricos.
ADCAR	Liderança na defesa da comunidade do Robalo, atuação direta nas discussões do plano diretor de Aracaju.

Fonte: do autor

Notas: Os dados foram obtidos através de entrevistas, consulta aos veículos de comunicação em Sergipe e documentos oficiais.

Em relação ao quadro acima, e a partir de uma visão de Scherer-Warren (1999), seria possível tipificar as ONGs em dois tipos de ações, de um lado se teria as ONGs que atuavam diretamente em movimentos populares, associações comunitárias, como é o caso da AMABA em Sergipe, de outro lado seria possível

identificar as ONGs que buscavam criar uma identidade própria e buscar uma nova área de atuação. Nesse caso, pode-se encaixar as ONGs voltadas para o meio ambiente (ASPAM e MOPEC). Pensando nas particularidades envolvidas em cada projeto, é importante verificar que a maior parte dos projetos das OSCIPS socioambientais principalmente técnicas, estão voltados para questões referentes à dimensão da sustentabilidade, mas principalmente estão ligados diretamente a Educação Ambiental. Observa-se em OSCIPs como o Instituto Árvore e Sociedade Semear, que os projetos estão ligados indiretamente à defesa do meio natural, mas sem questionar as ações equivocadas do Estado. ONGs como a OSCATMA estavam mais voltadas para a realização de eventos. Outras organizações, apostavam em ações partilhadas, como a ONG Água é Vida, que sabendo da necessidade de sobrevivência, ao mesmo tempo em que ataca o Estado e a Iniciativa privada, também desenvolve ações focadas em projetos voltados para a Educação Ambiental. Outras ONGs tiveram uma participação fundamental na esfera ambiental no Estado nos primórdios do ambientalismo organizado, como a ASPAM e o MOPEC, mas devido à fraca organização, não conseguiram avançar com mais projetos ligados à área ambiental. Nos dados colhidos na pesquisa, a relação entre organização e quantidade de projetos é notável, embora não tenha existido uma análise detalhada de cada projeto, para medir a intensidade e qualidade de suas ações.

Estudar os movimentos ambientais em Sergipe permitiu uma maior análise da concepção de valores, da mensuração do espaço das manifestações populares, bem como a participação dos indivíduos, e da “dança” dos atores sociais. Foi possível identificar ainda a concepção dos mais variados espaços de manifestações e práticas relacionadas com a cultura e com as novas formas de cidadania. Quando se fala da “dança” está se referindo às mudanças de postos de ambientalistas, que estiveram voltados para as mais diversas lutas nesse meio tempo. Em alguns momentos voltados para determinada ONG em outros, focando aspectos diferenciais da luta ambiental. A percepção da tentativa de equilibrar as forças entre o Estado e a sociedade civil, foi talvez o principal anseio dos movimentos ambientais em Sergipe. Quando se escreve Estado, é importante imaginar as três esferas (Federal, Estadual e Municipal). Analisar esses movimentos a partir da premissa da teoria dos novos movimentos sociais, permitiu buscar, através dos recursos midiáticos, complexidade semiótica e simbólica, interpretar as características intrínsecas dos novos

movimentos, enquanto coletivos formadores ou reprodutores de ideologia e principalmente as relações, entre a diversidade sociocultural dos movimentos e a própria atuação em regra expressa. As ações relacionadas com a diversidade sociocultural, de gênero, associadas às questões étnicas, da paz e outras de forma transversal estiveram associadas segundo o princípio da diversidade sociocultural (de gênero, étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos, entre outros).

Um fator de relevância presente na teoria dos novos movimentos sociais, é a contribuição para a formação de variados espaços de manifestação de práticas da política, proporcionando a participação dos indivíduos e novas formas de cidadania. Através dos mais diversos projetos, é importante observar outra relação possível, pois quanto mais a ONG era combativa, menos projetos ela acabou desenvolvendo. Novamente é possível se indagar, se a questão é meramente de foco ou missão da ONG, ou talvez uma retaliação contra uma postura mais crítica perante as políticas públicas e empresariais. No quadro que segue, tornou-se possível observar a participação das organizações em comitês e conselhos, ação estratégica de todos os movimentos.

QUADRO 2- REPRESENTAÇÃO DAS ONGS EM COMITES, CONSELHOS E SINDICATOS

ASPAM	Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conselho Estadual do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Conselho Estadual do Meio Ambiente em 1990, Membro do Conselho Costa do Coqueirais (PRODETUR).
MOPEC	Fórum em Defesa da Grande Aracaju, Conselho Estadual do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Membro do Conselho Costa do Coqueirais.
PENSAR VERDE	Conselho estadual de meio ambiente, vários fóruns estudantis relacionados com o meio ambiente.
ÁGUA É VIDA	Conselho Estadual do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Conselho Estadual do Meio Ambiente em 1990, Membro do Conselho Costa do Coqueirais (PRODETUR)
SOCIEDADE SEMEAR	Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conselho Estadual do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Conselho Estadual do Meio Ambiente em 1990, Membro do Conselho Costa do Coqueirais (PRODETUR)
INSTITUTO ÁRVORE	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba, Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, Rede de Educação Ambiental de Sergipe, Conselho de Turismo Pólo Costa de Coqueirais, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe.
CICLO URBANO	Conselho Estadual de Meio ambiente, participações esporádicas no Fórum em defesa da Grande Aracaju.
OSCATMA	- Representante da sociedade civil nas Conferências Municipal, Territorial, Estadual de Meio Ambiente, - Membro do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sergipe, - Membro do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Japarutuba, Representante do CBHJaparutuba na qualidade de suplente no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Participação na Campanha - Limpeza das Praias e Rios

	Participação no Movimento de Abraço ao Rio Sergipe, Coordenação do Dia do Amigo Solidário e eventos comemorativos, Membro do Conselho Cidadão de Barra dos Coqueiros (titular e suplente), - Representante do CBH Japaratura, Representante do CBHJaparatura no X Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Representante da Sociedade Civil em Consultas Públicas, - Representante da Sociedade Civil no Curso de Gestores Ambientais do MMA/SEMARH.
ADCAR	Fórum em Defesa da Grande Aracaju e Conselho Estadual de Meio ambiente.

Fonte: do autor

Notas: Os dados foram obtidos através de entrevistas , consulta aos veículos de comunicação em Sergipe e principalmente em documentos oficiais de reuniões dos comitês.

As estratégias de participação em comitês e fóruns de discussão foram citadas nas entrevistas, como uma das formas mais rápidas para as organizações ganharem legitimidade e participarem de redes. As ONGs sergipanas perceberam essa estratégia e trataram de fazer parte de conselhos nacionais. É importante observar que quanto maior a estrutura da ONG, mais fácil a participação nos conselhos. Essa característica foi algo observado independente da postura da ONG, pois no exemplo das ONGs que tinham um foco voltado para o questionamento de condutas públicas, a participação em conselhos aumenta o poder de representatividade e também proporciona o direito a voto, e de outro lado, caso tenha um perfil voltado para criar projetos para atender demandas do governo, acaba sendo interessante também em termos de aumentar o relacionamento com os grupos políticos envolvidos nas discussões. Para Loureiro (2006, p.134), “todas as ONGs sejam as mais combativas ou as de mercado, buscam marcar posição e ocupar cargos e assentos em conselhos e fóruns, o que reforça ou se contrapõe à lógica vigente na sociedade de mercado”.

O processo de formação de comitês tem uma ligação com fenômenos surgidos com o domínio do neoliberalismo, que gera uma pluralização do sujeito social, tornando-o complexo em suas necessidades, e também na sua concepção de cidadania. A partir de diversas ações dialógicas, ancoradas em projetos de participação e mobilização social, ancorados nos planejamentos participativos em prol de um novo modelo democrático. Esse vínculo trouxe novas ideias. Esses novos espaços de participação, em Sergipe, voltados para os ciclos de debates relacionados com o meio ambiente, na discussão do plano diretor, na formação das agendas 21 em várias cidades do interior Sergipano. Os fóruns de discussão trouxeram por um lado uma maior “profissionalização” do “movimento”, embora não garantissem uma maior mobilização da população, na verdade muito pelo contrário em Sergipe, pois nesses espaços de discussão, embora a sociedade civil teoricamente estivesse representada,

algo muito comum era a formação de uma elite que decidia os caminhos do meio ambiente de forma a garantir seus próprios interesses, e, principalmente, ancorados em um planejamento estratégico maior da suas próprias organizações não governamentais. Esses grupos de ambientalistas que tinham funções destacadas em órgãos ligados ao meio ambiente ou mesmo na direção de ONGs do Estado participavam de Redes como a REASE- Rede de Educação Ambiental de Sergipe.

A ligação das organizações não governamentais em Sergipe, com os partidos políticos que estavam envolvidos ou não com a máquina pública, ou mesmo políticos de “esquerda” é algo bastante notável. A grande mídia nos últimos anos tem reforçado o perigo da aproximação das organizações e do Estado, e como essa relação pode ser danosa, devido ao desvio de verbas e de interesses. O Quadro 3 traz as principais ligações.

QUADRO 3 – ARRANJOS POLÍTICOS DAS INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

Nome da instituição	Arranjos políticos
ASPAM	Ligação com o PT
MOPEC	Participação da fundação do PV depois forte ligação com o PT
PENSAR VERDE	Participação fundamental na criação do PV
ÁGUA É VIDA	PT E PV
SOCIEDADE SEMEAR	PT
INSTITUTO ÁRVORE	PT, DEM e PV
CICLO URBANO	Ligação política não percebida
OSCATMA	Ligação política não percebida
ADCAR	Ligação política não percebida

Fonte: do autor

Notas: Essa avaliação teve como embasamento as entrevistas, visitas aos arquivos do TRE – Tribunal Regional Eleitoral e dados colhidos em matérias nos veículos de comunicação sergipanos.

Pode-se afirmar, que nos últimos anos da década de 2000, o movimento ambiental em Sergipe teve certa renovação no formato de discussões e também de manifestações de grupos ambientais, com a chegada de novos protagonistas, tendo em alguns momentos atores oriundos de setores mais populares. Isso gerou uma nova organização da política local, sendo que as demandas sociais começaram a fazer parte dos discursos das lideranças políticas. É importante ainda observar que esses arranjos políticos indicados estão relacionados ao período em que o grupo esteve envolvido diretamente com o meio ambiente em Sergipe, portanto existem movimentos organizados que estiveram próximos a dois ou mais grupos durante as suas ações públicas.

Outro ponto importante, é que a ligação política do grupo muitas vezes era algo isolado, a partir dos interesses de sua própria liderança, o que não foi observado

nas ONGs em Sergipe, foram dois ou mais grupos políticos com influências durante o mesmo período, essa informação é importante, pois se pode afirmar que não existiam posições conflitantes dentro das ONGs em Sergipe.

A área de abrangência é fator fundamental para analisar se a ONG esteve ou não envolvida com ações fora do Estado de Sergipe. Essas ações levam a reforçar o nível de profissionalismo da instituição, e principalmente seu poder de relacionamento. o Quadro 4 serve para traçar esse comparativo.

QUADRO 4 – ÁREA DE ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

Nome da instituição	Região de atuação
ASPAM	Sergipe
MOPEC	Sergipe
PENSAR VERDE	Aracaju
ÁGUA É VIDA	Estância
SOCIEDADE SEMEAR	Sergipe e alguns outros Estados do Brasil
INSTITUTO ÁRVORE	Sergipe e outros Estados do Nordeste
CICLO URBANO	Aracaju
OSCATMA	Barra dos Coqueiros
ADCAR	Aracaju e São Cristóvão

Fonte: do autor

Notas: Levaram-se em consideração os locais que cada entidade tinham mais atuação.

Apenas a Sociedade Semear e o Instituto Árvore afirmam desenvolver ações em outros Estados, embora na análise dos dados foi possível perceber que a ação do grupo Árvore foi bastante isolada e sem grandes contornos para o próprio movimento. Em relação à Sociedade Semear, as experiências com projetos permitiram que a instituição tivesse oportunidade de desenvolver articulações em nível nacional.

Com relação à atuação das ONGs nas redes nacionais e internacionais, nessas instâncias principalmente virtuais, elas atuam ao lado dos movimentos ambientais não organizados, focando a troca de informações. Essas relações auxiliam na própria estratégia das organizações não governamentais em buscarem parcerias através de redes, a partir da necessidade de investigar as questões ligadas ao formato de comunicação organizacional de cada ONG ou movimento social, para analisar a sua influência enquanto ferramenta para conscientização e mobilização da população, além disso, é fato, observar que as ONGs melhor estruturadas podem atuar em espaços cada vez mais densos para a discussão, essas ONGs tornam-se referencia em todos os espaços em que atuam, pensando nessas estruturas o próximo quadro traça um comparativo, entre as estruturas organizacionais de cada espaço público.

QUADRO 5- ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ESTUDADOS

Nome	Registro	Sede	Número de voluntários	Funcionários	Divisão de setores	Fonte de recursos
ASPAM	Sim	Sim	30	Nenhum	Três setores	Doações e projetos
MOPEC	Sim	Não	30	Nenhum	Três setores	Doações e projetos
PENSAR VERDE	Não	Não	15	Nenhum	Sem divisão	Doações
ÁGUA É VIDA	Sim	Sim	15	Nenhum	Três setores	Doações e Projetos
SOCIEDADE SEMEAR	Sim	Sim	22	25	Cinco Setores	Doações e projetos
INSTITUTO ÁRVORE	Sim	Não	28	Nenhum	Cinco Setores	Doações e projetos
CICLO URBANO	Sim	Não	3	Nenhum	Sem divisão	Doações e projetos
OSCATMA	Sim	Sim	35	Nenhum	Três setores	Doações e projetos
ADCAR	Sim	Não	10	Nenhum	Três setores	Doações e projetos

Fonte: do autor

Uma questão que chama a atenção no quadro é que a maioria dos movimentos não têm sede própria. É uma informação extremamente preocupante no tocante à necessidade de legitimação das ONGs “Aspectos legais e de sede própria, bem como de infraestrutura básica. Hoje ganham em importância, até pela necessidade de exigência legal para a participação em determinados espaços públicos de representação ou para a obtenção de recursos financeiros” (Loureiro,2006, p.140)

A desorganização parece ser a tônica do movimento ambiental sergipano, pensamento aparentemente corroborado por Loureiro (2006, p. 133) em sua pesquisa, pois segundo o autor, ao analisar o comportamento no Rio de Janeiro, adverte:

Existem nas ONGs problemas de falta de quadro qualificados e de competência técnica para a formulação de projetos nos moldes exigidos pelas agências de fomento, mas isto é verificado em diferentes movimentos sociais e perspectivas assumidas, não sendo um problema exclusivo dos setores combativos do movimento ambientalista.

É possível analisar que as ONGs estudadas compõem o que o autor chamou de ambientalismo *Stricto Sensu* sendo possível separar as ONGs estudadas em Sergipe nas três categorias, tendo organizações como o Instituto Árvore, Aspan, Mopec e Ciclo Urbano como semiprofissionais e o movimento Pensar Verde como amadora, e

Oscatma, Adcar como organizações socioambientais semiprofissionais em termos estruturais e a Sociedade Semear como única instituição profissional embora não estivesse focada exclusivamente na área ambiental e conseqüentemente recebesse o título de instituição socioambiental.

Os “outros” ambientalismos têm influência fundamental na configuração do campo ambiental no Estado de Sergipe, primeiramente o ambientalismo governamental teve óbvia participação direta nas discussões ambientais, além de ter “cooptado” algumas das principais lideranças citadas na pesquisa como o caso do Genival Nunes (ASPAM) e outras lideranças de forma mais esporádicas, o ambientalismo dos cientistas, fundamental fazer uma ressalva nos diversos grupos de pesquisa principalmente situados na UFS que tiveram fundamental influência na criação das ONGs em Sergipe, principalmente na primeira fase do movimento (MOPEC, ASPAM E Pensar Verde), o ambientalismo das empresas, que principalmente a partir do surgimento dos institutos e de todas as ações de marketing social e ambiental começam a torna-se corriqueiros em Sergipe, o ambientalismo dos políticos profissionais, observado em alguns políticos que levaram a causa ambiental como plataforma política, como foi o caso do Reinaldo Nunes (Pensar Verde), o ambientalismo dos educadores ambientais, principalmente pela sua influência na REASE e também no corpo de professores envolvidos com a Educação Ambiental no Estado de Sergipe, importante citar um destacado grupo da UFS chamado GEPEASE responsável pela Sala Verde em Aracaju e finalmente o ambientalismo do Partido Verde, representado pela figura de Lisaldo Vieira um dos fundadores do PV em Sergipe e principalmente pelo Reinaldo Nunes que ,em 2011, era presidente estadual do partido e tesoureiro nacional do partido.

Após esses vários ambientalismos citados, e partindo da necessidade de se conhecer um pouco mais das lideranças, em suas mais diversas formações e carreiras, e principalmente fazendo uma associação entre os mais diversos “ambientalismos” aos quais eles estiveram envolvidos, é que se buscou uma análise mais detalhada de todos os entrevistados em profundidade.

Conclusões

Algumas organizações sergipanas, aparentemente, buscaram a criação de uma identidade mais sólida, associando seu trabalho e não sua luta, em alguma ação

determinada. Essas organizações ligadas à área ambiental traziam um leve toque de crítica ao sistema, um pouco diferente do perfil assistencialista da maior parte das outras organizações, enquanto outras instituições, com perfil mais agressivo, buscavam denunciar todo o tipo de problemas ambientais no Estado. Independente do foco da organização, elas tiveram influência direta dos outros “ambientalismos” no Estado, em alguns momentos auxiliando a causa ambiental, mas, na maioria das vezes, prejudicando as ações do grupo, em parte para beneficiar os próprios projetos individuais de suas lideranças, e em outros momentos, para privilegiar os interesses de empresas privadas e da iniciativa pública. Para Giddens (2010, p.80) “[...] o movimento verde perderá (ou já perdeu) sua identidade à medida que a política ambiental torna-se parte da corrente dominante”. Essa afirmação de Giddens resume basicamente o pensamento do autor dessa tese, pois os vários “ambientalismos” sergipanos, acabaram modificando sendo responsáveis, pela apatia em questões cruciais para a o meio ambiente no Estado. Alguns outros autores no Brasil, dedicaram-se a traçar algumas relações na política ambiental brasileira, como Sousa (2005); Teixeira (2009); Théry (2000) e Tayra (2004, 2005, 2007).

Nossa tese, é que a profissionalização das organizações não governamentais não trouxe benefícios para o meio ambiente em Sergipe, embora as missões das ONGs retratem a sua forma de encarar a causa ambiental e até mesmo o seu posicionamento ideológico, e que as ONGs sergipanas não fugiram das suas missões. Os grandes problemas ambientais em Sergipe não foram questionados pelas ONGs mais organizadas. Na verdade, quanto mais organizada estava a ONG, mais apta tornava-se para desenvolver as demandas do governo e das empresas privadas. Os grandes problemas ambientais em Sergipe não foram suscitados, para não contrariar os interesses pessoais dos governantes sergipanos e os arranjos políticos que auxiliaram as lideranças a alcançar projeção individual.

Tornou-se evidente, não através das páginas dos jornais, mas através do depoimento de dezenas de ambientalistas na cidade de Aracaju e em pelo menos duas grandes cidades do interior, que as construtoras sergipanas são as grandes vilãs da esfera estadual, e, no tocante ao nível nacional, as OSCIPS, contam principalmente com o apoio da Petrobrás e da Vale, por isso essas empresas que produzem estragos gigantescos no interior sergipano, também não foram “atacadas”, principalmente

pelos altos investimentos em projetos de Educação Ambiental que “patrocinam” as principais ONGs em Sergipe.

Referencias Bibliografias

ALEXANDRE, Agripa Faria. **A perda de Radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro. Uma contribuição à crítica do movimento.** Blumenau-Florianópolis:Edifurb.Editora da UFSC,2000.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido in Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores.** Brasília:MMA, 2005
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 2003.

BOEIRA, S. L. (1998). **“Crise civilizatória & ambientalismo transetorial”.** UFSC, Revista de Ciências Humanas, v. 16, n. 23, p. 71-102, abril. Florianópolis.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um Estudo Comparado entre Brasil e Estados Unidos.** São Paulo: Editora SENAC. 1.ed.2000.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Vetas y vertientes de la historia ambiental latinoamericana: una nota metodológica y epistemológica.** Varia Historia, Belo Horizonte, n. 3, p. 17-31, jan. 2005.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política.** 2a edição. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Educação, meio ambiente e globalização.** V Congresso Iberoamericano de Educación Ambiental, 2006.

VIOLA, E.; BOEIRA, S. **A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80.** In: VVAA. Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira.

Florianópolis, v.1, p.41-99. **IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente**, UFSC e IBAMA, Florianópolis, 19 a 23.11.1990.

VIOLA, E.; LEIS, H. **O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável**. In. Viola et al. (VVAA) **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez: Florianópolis: UFSC, 1995.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: Ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUSA, A. C. A. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. **Achegas.net**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 26, 2005.

TAYRA, F. Capital Natural e Graus de sustentabilidade: Visões de mundo e objetivos conflitantes. **Pensamento & Realidade**, v. 19, p. 100-119, 2007.

_____. Ribeiro, H. Vigilância e Saúde Ambiental: o papel dos indicadores de sustentabilidade - danos, riscos e incerteza científica. **REVISA**. Revista Brasileira de Vigilância Sanitária, São Paulo, SP, v. 1, n. 2, p. 108-117, 2005.

_____. A crise ambiental e o papel das novas tecnologias da informação: além do domínio da técnica. **Scripta Nova** (Barcelona), Barcelona, Espanha, v. VIII, n. 170, 2004.

TEIXEIRA, R. J. D. O conceito de sociedade civil: uma análise a partir do contexto da Guiné-Bissau. **Estudos de Sociologia** (Recife), v. 15, p. 161-180, 2009.

THÉRY, Hervé. Mecanismos globais na construção das políticas ambientais, GEF e MABA. Meio ambiente e Sociedade. **Cronos**. Natal, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Editora UFRN, 2000.

Recebido em Agosto de 2012

Aprovado em Dezembro de 2012